

Ata de Audiência Pública

Em 03 de fevereiro de 2014 às dezenove horas e doze minutos no Auditório do Núcleo Administrativo Municipal ocorreu Audiência Pública sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado pela empresa Novaes Engenharia e Construções Ltda. contratada pela prefeitura municipal. Após apresentação da coordenadora da mesa Olga Lopes Salomão Secretária Municipal de Planejamento Desenvolvimento e Meio Ambiente, Luciano Farias de Novaes, engenheiro da empresa Novaes Engenharia, iniciou a apresentação do plano apontando as quatro áreas abrangidas: abastecimento de água, drenagem pluvial, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Informa que nesta data serão tratados os assuntos relacionados o abastecimento de água e esgotamento sanitário, e que o plano tem um horizonte de projetos de 20 anos, realizando um planejamento para que a população possa crescer ordenadamente. Inicia-se a apresentação referente ao abastecimento de água. As principais preocupações apontadas foram referentes ao rio Corumbataí e o Ribeirão Claro como fontes de captação e lançamento de esgoto sanitário, além de ser necessário considerar os pontos de alagamento próximos a áreas urbanizadas. Luciano apresentou como foram realizados os trabalhos de elaboração, divulgação e discussões do plano. Iniciou a explicação de como é feito a captação, tratamento e distribuição da água, ressaltando sua importância. As fontes de captação atualmente existentes no município são no Ribeirão Claro, Rio Corumbataí, além de um poço no distrito de Assistência, quatro poços no distrito de Ferraz. Melhorias apontadas, a Estação de Tratamento de Água – ETA I precisa de reforma estrutural devido a vazamentos e trincas. A ETA II está sendo ampliada. O abastecimento do município não é setorizado. Os hidrômetros têm que ser trocados a cada cinco anos, pois perdem a precisão e marcam errado. Quanto as perdas apontadas, existem as perdas por vazamentos e as perdas por ligações clandestinas, os conhecidos “gatos”. Com o município setorizado seria possível identificar as perdas, controlando por setores. Existe um projeto para criação de 58 setores de abastecimento de água. Com o projeto de setorização seria possível controlar o gráfico de pressão evitando, por exemplo, a falta de água nas residências devido a problemas de pressão. Dos 63.496 hidrômetros aproximadamente 40.000 precisam ser trocados. É preciso trocar as redes de abastecimento. O município irá trocar aproximadamente 100.000 Km de rede com verba do governo federal. Luciano apontou que o saldo do Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) é de 1 milhão por ano sendo de 83 mil por mês para investimentos com abastecimento, sendo que o índice de inadimplência atual é de 15% para 30 dias e 5% para 60 dias. A ETA I esta no limite da outorga não tem como ampliar a captação com a outorga atual. O plano visa reduzir a perda pela metade passando dos atuais 50%

para 25% de perdas em 20 anos. Para isso é preciso: aumentar os reservatórios; investimentos no município; realizar renovação das outorgas das captações existentes, nova possibilidade de captação de água no rio Passa Cinco; instalar macromedidores de vazão; padronizar os hidrômetros; adequar painéis eletrônicos dos reservatórios; desinfecção dos reservatórios; implantar a setorização; tornar obrigatório reservatórios individuais; substituir as redes; realizar pesquisa de vazamentos; instalar hidrômetros em prédios públicos; aumentar capacidade da ETA I e da ETA II; novos reservatórios; reuso de água de lavagem das ETA's; Reforma estrutural da ETA I; adutora de água bruta da ETA I e ETA II. Estes projetos precisam que se busque verba porque o valor que sobra por mês não é o suficiente. Ao longo de 20 anos é preciso um investimento em torno de 150 milhões de reais na estrutura do abastecimento de água. Como opção foi apontado investir em projetos e buscar verbas do PAC, FEHIDRO e outros, visto que o DAAE não tem recursos próprios para estes investimentos. Iniciou-se a apresentação referente ao Esgotamento Sanitário. Apontou-se que atualmente 55% do esgoto é tratado, sendo necessário tratar 100% urgentemente. Existem três estações de tratamento de esgoto em funcionamento, no Conduta, no Flores e no Palmeiras, que não são suficientes para atender ao município. Nos distritos existem duas estações em Assistência, uma em Ajapi, uma em Batovi, e uma em Ferraz que precisa ser totalmente reformulada e não tem outorga. As melhorias apontadas foram: Estação do Flores precisa ser ampliada; estação Conduta precisa ser ampliada; estação do Palmeiras, será desativada; implantação de nova estação no Jardim Novo o que demandará construção de elevatórias de esgoto e emissários; em Assistência ficará apenas uma estação e a outra será transformada em elevatória; em Ajapi necessita de melhorias; Alan Grei é preciso construir uma elevatória para mandar para ETA de Ajapi; no Don Bosco, loteamento irregular, construir coletor e encaminhar para ETA Jardim Novo. Com as melhorias apontadas todo o município será atendido com tratamento de esgoto, estas ampliações já visão atender o crescimento populacional. Outras medidas apontadas são: investimentos em trocas de emissário; educação da população para não jogar objetos no esgoto; e criação de legislação específica para readequar residências com água de chuva ligada a rede de esgoto. Para implantação das melhorias mencionadas é preciso um investimento em torno 146.354.112,00 ao longo dos próximos 20 anos, desta forma o tratamento de esgoto passará dos atuais 55% para aproximadamente 100%. Luciano encerrou a apresentação. Olga Lopes Salomão como coordenadora dos debates deu início a discussão lendo os questionamentos recebidos previamente via internet. O primeiro questionamento foi do Sr. Fernando Girardi de Abreu da Agência Reguladora ARES-PCJ que propôs que: "Tendo em vista a adesão do município de Rio Claro a Agência Reguladora ARES-PCJ através da lei municipal 4.129 de 13 de Dezembro de 2010, que ratifica o protocolo de intenções e delega a Agência Reguladora ARES-PCJ as funções de

fiscalização e regulação do município, de acordo com o art. 8º. da lei 11.445/2007, incluir na página 486 (parte 13_indicadores) citação sobre a Agência Reguladora ARES-PCJ e a respectiva lei de ratificação”. Ficou definido que essa sugestão seria incluída no plano. O segundo questionamento foi do Sr. João Carlos Rabelo que apresentou três questionamentos que foram lidos pela coordenadora do debate: “(1) Cobrança de tarifa pela quantidade de água pelo imóvel e não pelo mínimo. (2) Mudança da forma como é cobrado o esgoto, criar uma tarifa a ser cobrado para cada imóvel, pelo afastamento de esgoto ou tratamento. (3) Água é saúde, que devem ser tratada desta maneira. Proibir sua privatização ou no atual contrato com a foz.” Iniciam-se as manifestações orais. Mario Sérgio Camilo da Silva (Casa da Agricultura) questiona que se sente prejudicado porque o plano não contempla a área rural, somente a área urbana. Considera que não deveria buscar apenas novas fontes de abastecimento porque a outorga dos atuais esta no limite, mas sim preservar as fontes já existentes. Acrescenta que o volume de água hoje já esta comprometido e que o plano deveria priorizar a conservação das nascentes, das fontes das águas. Luciano responde lembrando que paralelamente ao plano, está sendo realizado no município o Diagnóstico Ambiental, que visa a preservação das bacias hidrográficas, no entanto, o Plano de Saneamento não tem este foco. Geraldo G. Pereira superintendente do DAAE, explica que a outorga é uma permissão para captação (retirada) da água e que atualmente está no limite estipulado neste documento, o que não quer dizer que o rio esteja no limite. Quando for solicitada nova outorga, serão realizados novos estudos para verificar se os rios poderão ter uma captação maior. Acrescenta que estudos das bacias necessitarão de plantios para a recuperação e que isto deverá ser a longo prazo. O Vereador José Júlio Lopes de Abreu questionou que não viu no plano a possibilidade de reuso da água de tratamento de esgoto, sendo que atualmente a Sabesp já reutiliza esta água. Alexandre Leite Oliveira da Foz do Brasil respondeu que seus equipamentos não estão apropriados para o reuso, e que seria necessário adaptá-los. Luciano tomou a palavra e afirmou que a sugestão deverá ser considerada no plano, no entanto, a qualidade da água das ETE’s deverá ser muito controlada para reutilização, porque se não for assim é possível ocorrer problemas, como a contaminação de pessoas caso a água não esteja em boa qualidade e dependendo do seu uso. Ressaltou que segundo relatórios da CETESB atualmente a água das ETE’s atendem as normas estabelecidas. Alexandre da Foz acrescentou que o tratamento nas estações demanda muita água da rede, mas para a reutilização da água das ETE’s é preciso autorização dos órgãos ambientais, órgãos de saúde, atendendo legislações estaduais e nacionais. João Carlos Rabelo questionou se a Foz paga pela água tratada que pega nos hidrantes. Alexandre da Foz afirmou que a empresa paga por toda água que utiliza. Geraldo do DAAE tomou a palavra e respondeu que a parceria firmada com a Foz definiu que seria compensatório, ou seja, a água utilizada para o tratamento não é paga é

uma forma de compensação. Foi estipulado isto no processo licitatório. Olga acrescentou que os prédios da prefeitura não pagam água e não pagam esgoto, ou seja, não pagam para a Foz, por este motivo a água utilizada nos serviços da Foz é uma forma de compensação. Geraldo acrescentou que isto ocorre especificamente no caminhão de hidrojato, pois precisa de água limpa, já que a utilização de água de reuso tem normas restritas. José Claudio da Silva (Caca) do Conselho Rural, tomou a palavra dizendo que o plano foi compreendido, e que fica feliz por morar no setor urbano, mas que se preocupa por que acredita que a gestão pública deveria ter um compromisso de que o plano seja solidário com o setor rural e agrícola, já que o que consumimos vem do setor rural. Acrescenta que há uma violação dos direitos humanos porque a água no setor rural não tem compromisso com a potabilidade. Olga afirma que o Diagnóstico Ambiental vai mapear as estradas rurais, minas d'água, a produção, e analisar a potabilidade da água, somente não será feito a medição de agrotóxicos porque o plano não prevê isto e não tem verba, mas ainda no plano de saneamento está sendo previsto o tratamento de esgoto nos distritos rurais. Olga questionou que no plano não foi falado do Florença, Águas Claras e Unesp, que não tem coleta de esgoto. Alam Rios agradece o palestrante, pois Rio Claro é pioneiro no PMSB, afirma que sua preocupação é com os investimentos apresentados que segundo os seus cálculos seria preciso em torno de sete milhões de reais por ano e se preocupa do município não conseguir atingir este objetivo, se preocupa então com quais os caminhos serão seguidos. Questionou ainda quanto ao destino dado ao lodo das estações de tratamento. Luciano respondeu que quanto ao lodo das ETE's e das ETA's a água não tem a reutilização e que a CETESB já autuou o DAAE por isto, afirmou que o lodo pode ser reutilizado, mas esta muito distante da nossa realidade atual ressaltou que isto foi colocado no plano só não foi apresentado hoje. Quanto aos custos o DAAE não tem verba suficiente, mas o governo federal vem custeando os municípios porque a situação esta caótica. Acrescentou que é preciso buscar recursos federais e estaduais para que se consiga investir e pagar com prazo para crescer de forma sustentável. Sérgio Desiderá, secretário da cultura, tomou a palavra afirmando que a ETA I está em expansão até a Assistência, sendo que vai revisar o número de pessoas que a ETA abastece e revisar a ETE, se reduzir as estações vai reduzir ou aumentar o custo pago para Foz? Quando aumenta o custo que não estava previsto na privatização vai estourar a conta com Foz? Em média o que a gente paga são dois milhões mensais e sem inadimplência, direto para a Foz. Se precisamos de 150 milhões para adequar a água e 140 milhões para o esgoto, então os dois milhões gastos com a Foz em 20 anos dará 400 milhões para Foz. Onde vamos parar com isso, é interesse da população, ou é interesse de poucos? Dois milhões por mês transferido do DAAE para a conta da Foz. Luciano respondeu que quanto a questão do contrato com a Foz, o plano tem que diagnosticar os problemas e ser sustentável, não entrando em detalhe quanto a Parceria Publico Privada,

pois não é o foco do plano, por este motivo Luciano julgou melhor passar a palavra para a coordenadora do debate. Olga afirmou que no momento estamos discutindo o plano, quanto as modificações já foram discutidas no aditivo do contrato com a Foz, acrescentou que o Ares PCJ realizou recentemente audiência pública para tratar da PPP com a Foz. Orlando P. Machado Junior questionou ao Geraldo do DAAE se um cidadão pagava o mínimo e agora paga 163 reais de diferença, ou seja, de 24 reais para 187 reais, onde está o problema? Geraldo esclareceu que o hidrômetro como qualquer outro equipamento tem normas técnicas de como deve funcionar. O hidrômetro vem aferido de fábrica quando vem para o DAAE é recolhido uma porcentagem e enviada para a Sanasa, um laboratório acreditado, que faz testes com os hidrômetros de acordo com as normas técnicas. Em uma licitação do ano passado a empresa apresentou hidrômetros que não passaram no teste e foi chamada outra empresa para entrega de novos aparelhos. Os hidrômetros trocados ficam guardados caso a população queira, pode solicitar testes de aferição. Continuou explicando que o hidrômetro perde uma porcentagem por ano da sua capacidade de medição, por este motivo com os anos eles deixam de medir direito, quando é feita a troca a conta aumenta por este motivo. Acrescentou que no Brasil o consumo é em torno de 7 m³ por pessoa, ou seja, se na residência de três pessoas é pago 10 m³ com certeza não está sendo pago o correto. Ressaltou ainda que com as trocas dos hidrômetros os velhos são guardados para o caso da justiça solicitar análises futuramente. Olga tomou a palavra e colocou em votação as propostas enviadas pelo Sr. João Carlos Rabelo, releu a primeira proposta: "Cobrança de tarifa pela quantidade de água pelo imóvel e não pelo mínimo". Carlos defendeu a sua proposta explicando que quando a pessoa paga o mínimo ela paga 5 mil m³ pela água e 5 m³ pelo afastamento de esgoto. Luciano respondeu afirmando que quanto menos o volume de água menos preciso ele é se passa um ou dois metros cúbicos o equipamento não é preciso. Acrescentou ainda, que existe uma infra-estrutura que precisa ser mantida e paga mesmo que a pessoa não utilize a água. Geraldo defendeu que a tarifa pública existente no Brasil faz parte de uma estrutura tarifária, e quando foi criada esta estrutura o cálculo feito foi com base em que, para que uma unidade seja atendida é necessária a existência de uma infra-estrutura. Ou seja, para atender esta proposta é preciso mudar a estrutura existente no país através de legislação específica. Desta forma se fosse pagar por metro cúbico o custo financeiro seria muito alto, sendo que o que a estrutura faz é distribuir para não ficar pesado para ninguém. José Claudio da Silva (Caca) defendeu sua posição dizendo que seria a mesma coisa que imaginar que se quando chegássemos para abastecer o carro já começássemos pagando cinco litros pela estrutura do local e depois mais dez pelo consumo. Afirmou que esta foi a forma dos governos anteriores fazer, e por que não corrigirmos estas taxas? Estudarmos formas de corrigir isto sem prejudicar a população? Se não há como medir valores mínimos nos hidrômetros não podemos pagar uma conta indevida,

concluiu. Olga sugeriu incluir no plano uma recomendação para estudo de valores mínimos para a conta de água e mais precisão dos hidrômetros. Após votação ficou decidido que será incluída a recomendação no plano. A coordenadora dos debates releu a segunda pergunta do Sr. João Carlos Rabelo: "Mudança da forma como é cobrado o esgoto, criar uma tarifa a ser cobrado para cada imóvel, pelo afastamento de esgoto ou tratamento". Sr. Rabelo defendeu sua proposta afirmando que uma grande parte da cidade não recebe tratamento de esgoto sendo que o certo seria que, onde recebe o tratamento seja feito cobrança e onde não tem, não. Ou seja, que seja criada uma tarifa por imóvel para o tratamento de esgoto. Acrescentou que as indústrias não vêm para a região porque terão de pagar pelo esgoto. Olga afirmou que as indústrias pagam o esgoto separadamente. Luciano afirmou que atualmente por não ser tratado todo o esgoto do município o valor cobrado é de 50% sobre o valor da água, quando for tratado todo o esgoto será cobrado de 90% a 100% pelo esgoto. Ficou registrado que será analisada a possibilidade de estudar a proposta em questão. Ficou decidido que a sugestão entrará como recomendação no plano. A coordenadora Olga prosseguiu com a leitura da terceira questão: "Água é saúde, que devem ser tratada desta maneira. Proibir sua privatização ou no atual contrato com a foz". Olga propôs colocar em votação que seja encaminhado como recomendação, visto que o contrato com a PPP já está firmado e não pode ser rescindido. Após votação foi decidido que entrará como recomendação. A coordenadora dos debates questionou se os participantes consideravam necessário dar continuidade a audiência no dia seguinte ou se julgavam que o presente dia foi o suficiente para os esclarecimentos, lembrou ainda que após trinta dias haverá nova audiência pública. Após consulta aos participantes ficou decidido que as discussões referentes ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário encerram-se hoje. Após ser dada por encerrada a audiência às vinte e duas horas, eu, Helen Linai Tavares do Carmo Bertelli, lavrei a presente ata.